

Vivara
Participações S.A.
e Controladas

**Informações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas para o
trimestre findo em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras da Entidade	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Vivara Participações S.A
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Vivara Participações S.A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Rafael Santos Pereira
Contador CRC 1SP255172/O-5

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2026	12/2025	03/2026	12/2025			03/2026	12/2025		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.999	16.656	308.474	398.644	Fornecedores e outras contas a pagar	10	48	223	125.460	189.472
Contas a receber	4	-	-	899.085	989.601	Fornecedores Convênio	10	-	-	814	4.610
Estoques	5	-	-	1.550.286	1.478.926	Empréstimos e financiamentos	13	3.824	14.401	214.776	232.973
Impostos a recuperar	6	74	-	105.261	118.227	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	235	236	121.290	143.620
IRPJ e CSLL a recuperar	18.4	4.507	4.301	47.949	50.247	Obrigações tributárias	12	21	3.890	51.736	90.328
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		268	28	51.920	28.954	IRPJ e CSLL a recolher	18.6	-	1.186	24.336	33.581
Total do ativo circulante		12.848	20.985	2.962.975	3.064.600	Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	12.831	14.487
						Instrumentos derivativos passivo	13	-	-	41.062	22.729
						Dividendos a pagar		10	10	10	10
						Partes relacionadas	17	1.363	3.307	0	(0)
						Arrendamentos direito de uso a pagar	26	-	-	83.307	83.186
						Outros passivos	14	812	448	39.496	28.951
						Total do passivo circulante		6.314	23.700	715.120	843.948
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	15.5	-	-	29.028	28.227	Empréstimos e financiamentos LP	13	298.394	298.303	298.394	298.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.8	25.074	20.843	614.994	568.589	Obrigações tributárias LP	12	-	-	73	95
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		-	-	4.187	5.193	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15.1	-	377	29.030	26.937
Impostos a recuperar	6	-	-	22.991	12.618	Arrendamentos direito de uso a pagar LP	26	-	-	598.943	599.518
IRPJ e CSLL a recuperar	18.4	-	-	28.180	28.180	Outros passivos LP	14	287	349	3.818	4.326
Realizável a longo prazo		25.074	20.843	699.380	642.808	Total do passivo não circulante		298.681	299.029	930.258	929.178
Investimentos	7	3.297.362	3.230.468	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	8	-	-	957.470	955.347	Capital social	16.1	2.572.025	2.572.025	2.572.025	2.572.025
Intangível	9	-	-	55.843	59.938	Reservas de capital		(53.041)	(53.041)	(53.041)	(53.041)
Total do ativo não circulante		3.322.436	3.251.310	1.712.693	1.658.093	Ações em tesouraria	16.3	(26.818)	(26.818)	(26.818)	(26.818)
						Opções Outorgadas	28	2.058	1.976	2.058	1.976
						Reservas de lucros		455.502	455.502	455.502	455.502
						Lucros do período		80.795	-	80.796	-
						Outros Resultados Abrangentes	7	(233)	(78)	(233)	(78)
						Total do patrimônio líquido		3.030.289	2.949.567	3.030.290	2.949.567
TOTAL DO ATIVO		3.335.283	3.272.295	4.675.668	4.722.693	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.335.283	3.272.295	4.675.668	4.722.693

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2026	03/2025	03/2026	03/2025
Receita Líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados	19	-	-	595.512	537.081
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20.1	-	-	(179.154)	(172.402)
LUCRO BRUTO		-	-	416.358	364.679
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	20.2	-	-	(246.579)	(205.449)
Despesas gerais e administrativas	20.3	(2.065)	(2.583)	(72.667)	(66.825)
Resultado de equivalência patrimonial	7.3	89.049	117.797	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	324	(346)	(6.739)	(1.984)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		87.308	114.868	90.373	90.421
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	370	186	14.235	13.851
Despesas financeiras	24	(11.114)	(16)	(50.093)	(33.664)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		76.564	115.038	54.515	70.608
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	18.7	-	-	(20.124)	(40.585)
Diferidos	18.7	4.231	-	46.404	85.015
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		80.795	115.038	80.795	115.038
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	25	0,343700	0,489390		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	25	0,343700	0,489210		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026**
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>03/2026</u>	<u>03/2025</u>	<u>03/2026</u>	<u>03/2025</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	80.795	115.038	80.795	115.038
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	(233)	(78)	(233)	(78)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>80.562</u>	<u>114.960</u>	<u>80.562</u>	<u>114.960</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros Resultados acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025		1.705.381	(53.041)	4.346	(26.850)	866.640	-	466	2.496.942
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	115.039	-	115.039
Ações cedidas de incentivos de longo prazo		-	-	(37)	37	-	-	-	-
Plano de incentivos de longo prazo		-	-	321	-	-	-	-	321
Ajuste de conversão do período		-	-	-	-	-	-	(362)	(362)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		1.705.381	(53.041)	4.630	(26.813)	866.640	115.039	104	2.611.940
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2026		2.572.025	(53.041)	1.976	(26.818)	455.502	-	(78)	2.949.566
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	80.795	-	80.795
Plano de incentivos de longo prazo	28	-	-	82	-	-	-	-	82
Ajuste de conversão do período	7	-	-	-	-	-	-	(155)	(155)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026		2.572.025	(53.041)	2.058	(26.818)	455.502	80.795	(233)	3.030.288

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2026	03/2025	03/2026	03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		80.795	115.039	80.795	115.039
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	20	-	-	41.669	40.820
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	24	11.093	-	21.806	8.788
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	24	-	-	20.872	17.673
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	18.7	(4.231)	-	(26.280)	(44.429)
Provisão para perdas de estoque	5.2	-	-	(971)	761
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15	(324)	346	7.513	4.563
Resultado de equivalência patrimonial	7.2	(89.049)	(117.797)	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	22	-	-	7	139
Atualizações monetárias e rendimentos		-	(99)	(877)	(3.872)
Perdas esperadas de crédito	22	-	-	(282)	32
Variação cambial fornecedores		-	-	(56)	-
Incentivos de longo prazo		82	321	82	321
Contratos arrendamentos baixados	22	-	-	-	(703)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	90.798	204.146
Estoques		-	-	(70.388)	(172.222)
Partes relacionadas		(1.942)	(1.262)	-	-
Impostos a recuperar		(4.149)	(22)	5.431	25.103
Depósitos judiciais		-	-	(465)	(104)
Outros créditos		(240)	77	(21.959)	(7.895)
Fornecedores		(174)	-	(67.751)	(208.971)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	(30)	(22.330)	(24.281)
Obrigações tributárias		(1.186)	(3)	(38.613)	(70.842)
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	(1.656)	(3.314)
Contingências pagas		(53)	-	(5.421)	(1.535)
Outros passivos		300	162	10.014	14.666
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(9.078)	(3.268)	21.938	(106.117)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(29.369)	(21.913)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	13	(21.579)	-	(21.579)	(6.276)
Juros pagos de arrendamentos de direito de uso		-	-	(10.640)	(9.660)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(30.657)	(3.268)	(39.650)	(143.966)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos recebidos	7.3	22.000	2.000	-	-
Aplicações financeiras		-	-	-	(22.331)
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(18.014)	(14.648)
Aquisição de intangível	9	-	-	(563)	(5.022)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		22.000	2.000	(18.577)	(42.001)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos		-	-	-	60.000
Captação de financiamentos fornecedores convênio		-	-	-	107.832
Amortização de empréstimos e financiamentos		-	-	-	(60.000)
Amortização de fornecedores convênio		-	-	-	(20.408)
Amortização de arrendamentos direito de uso		-	-	(31.943)	(29.670)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	-	(31.943)	57.754
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8.657)	(1.268)	(90.170)	(128.213)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		16.656	3.482	398.644	278.153
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		7.999	2.214	308.474	149.941

VIVARA PARTICIPAÇÕES S/A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		03/2026	03/2025	03/2026	03/2025
RECEITAS					
Receita de contrato com cliente	19	-	-	751.753	660.492
Outras receitas	22	-	-	579	2.246
Receita de construção de ativos próprios		-	-	9.461	6.641
Perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	22	-	-	282	(32)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	20.1	-	-	(176.345)	(165.673)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	20.1	(506)	(1.051)	(159.458)	(116.916)
Custos de construção de ativos próprios		-	-	(106)	(6.535)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(506)	(1.051)	426.166	380.222
Depreciação e amortização	8 e 9	-	-	(38.739)	(38.400)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(506)	(1.051)	387.427	341.822
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	7.2	89.049	117.797	-	-
Receitas financeiras	23	370	186	14.235	13.851
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		88.914	116.932	401.662	355.673
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		890	1.565	87.391	76.522
Benefícios		43	76	21.383	21.489
FGTS		37	29	9.560	8.482
		970	1.670	118.335	106.493
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(3.952)	212	43.065	25.057
Estaduais		-	-	101.100	69.835
Municipais		4	3	2.338	1.716
		3.948	215	146.503	96.608
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	24	11.097	9	49.721	33.254
Alugueis		-	-	5.890	3.929
Outras		-	-	419	351
		11.097	9	56.030	37.534
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-
Lucros retidos		80.795	115.038	80.795	115.038
		80.795	115.038	80.795	115.038
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		88.914	116.931	401.662	355.673

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.



VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) com sede social em São Paulo, é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”), Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”) e Tellerina Panamá S.A. (“Tellerina Panamá”).

Os acionistas de referência da Companhia são Nelson Kaufman e Marina Kaufman Bueno Netto que em conjunto detêm 47,2% das ações.



Controladas	% de participação	
	31/03/2026	31/12/2025
Tellerina	100%	100%
Conipa	100%	100%
Tellerina Panamá	100%	100%

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e centro administrativo na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob as bandeiras “VIVARA” e “LIFE”, a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

A Tellerina Panamá tem sede na Cidade do Panamá - República do Panamá. Tem como atividade a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigos em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados.

A quantidade de pontos de vendas em operação é demonstrada a seguir:

Pontos de Vendas	 BRASIL	 PANAMÁ	CONSOLIDADO			
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Lojas Vivara	267	267	1	1	268	268
Lojas Life	224	219	-	-	224	219
Quiosques	11	11	-	-	11	11
Total	502	497	1	1	503	498



2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, sendo sua moeda funcional o real (R\$) e foram preparadas com base no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelos seus valores justos.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 18 de março de 2026.

Nestas informações financeiras intermediárias foram aplicadas as mesmas políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo que as políticas contábeis materiais foram divulgadas na nota explicativa nº 4 daquelas demonstrações financeiras.

As informações financeiras intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2026 foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 07 de maio de 2026.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	-	-	3.256	9.804
Bancos conta movimento	35	-	2.416	9.955
Aplicações financeiras	7.964	16.656	302.802	378.885
Total	7.999	16.656	308.474	398.644

3.2 Detalhamento aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Compromissadas	260	3.656	269.448	333.013
Automáticas	86	124	4.693	12.660
Letras financeiras	7.618	12.876	28.661	33.212
Total	7.964	16.656	302.802	378.885
Taxa média CDI	99,1%	98,2%	91,0%	88,5%



4. CONTAS A RECEBER

4.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Operadoras de cartões	897.075	986.130
Boletos	2.083	3.663
Cheques a compensar	-	163
Subtotal	899.158	989.956
(-) Perdas estimadas de créditos	(73)	(355)
Total	899.085	989.601
Vencidos	11	325
A vencer	899.147	989.631
Total	899.158	989.956

Os saldos a vencer são compostos, substancialmente, por vendas realizadas por meio de cartão de crédito, podendo ser parceladas em até 10 vezes, sem incidência de encargos financeiros. Em 31 de março de 2026, o prazo médio dos recebíveis era de 84 dias (95 dias em 31 de dezembro de 2025).

4.2 Provisão para perdas esperadas de crédito

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo do início do período	(355)	(241)
Complementos	(75)	(286)
Reversões	357	172
Saldo do fim do período	(73)	(355)

5. ESTOQUES

5.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Produtos acabados	1.038.062	978.949
Matérias-primas	456.970	443.046
Material de consumo e embalagens	52.538	56.459
Estoques em trânsito	2.716	472
Total	1.550.286	1.478.926

Em 31 de março de 2026 os estoques incluídos no Custo das Mercadorias Vendidas totalizaram R\$172.076 (R\$147.850 em 31 de março de 2025).



5.2 Provisão para perdas

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. O reconhecimento dessas provisões é realizado pelo valor do custo médio ponderado em estoque na data do balanço.

São considerados como de giro lento os produtos acabados, que não sejam passíveis de derretimento, com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a 12 meses.

O ciclo operacional é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. O ciclo operacional do Grupo Vivara é superior a 12 meses.

As provisões de perdas são reconhecidas no resultado na rubrica Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados conforme nota explicativa nº 20.1.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo do início do período	(4.688)	(5.217)
Complementos	(1.421)	(5.271)
Reversões	2.392	5.800
Saldo do fim do período	(3.717)	(4.688)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

6.1 Composição dos saldos

	Controladora	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025
ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços 6.2	-	111.580	99.300
PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social 6.3	-	10.679	26.148
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado	-	5.021	5.021
Outros impostos a recuperar	74	972	376
Total	74	128.252	130.845
Ativo circulante	74	105.261	118.227
Ativo não circulante	-	22.991	12.618
Total	74	128.252	130.845

6.2 ICMS

A controlada Tellerina detém créditos de ICMS que se referem, substancialmente, ao acúmulo de créditos nas operações das lojas Vivara e Life, predominantemente localizadas nos Estados de São Paulo, Ceará, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, Piauí e Alagoas. Em 31 de março de 2026 os créditos totalizam R\$80.473 (R\$71.105 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026 as filiais de São Paulo da Conipa possuem R\$31.107 (R\$28.195 em 31 de dezembro de 2025) de créditos relativos a operações de aquisição de matéria-prima proveniente da coligada Tellerina.



A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Em até 1 ano	88.589	86.682
De 1 a 2 anos	22.991	12.618
Total	111.580	99.300

6.3 PIS E COFINS

Os créditos extemporâneos estão relacionados substancialmente com a operação de aquisição de matérias-primas pela filial de São Paulo da Conipa. Em 31 de março de 2026 o saldo a compensar destes créditos totaliza o montante de R\$7.656 (R\$14.380 em 31 de dezembro de 2025).

A controlada Tellerina, reconheceu créditos extemporâneos de PIS e COFINS relativos a serviços considerados insumos para suas operações. Em 31 de março de 2026, o saldo a compensar desses créditos totalizava R\$3.023 (R\$6.879 em 31 de dezembro de 2025).

A expectativa da realização dos créditos de Pis e Cofins é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Em até 1 ano	10.679	26.148
Total	10.679	26.148

7. INVESTIMENTO

7.1 Informações das controladas

	31/03/2026			31/12/2025		
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá
Ativo circulante	4.243.045	3.898.570	12.057	4.238.705	3.997.744	12.852
Ativo não circulante	1.125.046	100.971	4.301	1.121.935	116.758	4.798
Total do ativo	5.368.091	3.999.541	16.358	5.360.640	4.114.502	17.650
Passivo circulante	3.956.146	598.800	12.401	3.954.213	900.770	12.838
Passivo não circulante	618.743	11.258	1.577	616.702	11.646	1.802
Patrimônio Líquido	825.313	3.234.054	2.855	856.815	2.327.160	4.494
Total do passivo e PL	5.400.202	3.844.112	16.833	5.427.730	3.239.576	19.134
Lucro/(Prejuízo) líquido	(32.111)	155.429	(475)	(67.090)	874.926	(1.484)
Participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%



7.2 Equivalência patrimonial

	31/03/2026			
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Lucro (prejuízo) líquido	(32.111)	155.429	(475)	122.843
<u>Eliminações:</u>				
Lucro não realizado nos estoques	324	(51.527)	-	(51.203)
IRPJ e CSLL diferidos s/lucro não realizado	(110)	17.519	-	17.409
Resultado equivalência patrimonial	(31.897)	121.421	(475)	89.049

	31/03/2025			
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Lucro (prejuízo) líquido	(9.642)	278.797	(324)	268.831
<u>Eliminações:</u>				
Lucro não realizado nos estoques	(783)	(228.055)	-	(228.838)
IRPJ e CSLL diferidos s/lucro não realizado	266	77.538	-	77.804
Resultado equivalência patrimonial	(10.159)	128.280	(324)	117.797

7.3 Movimentação dos investimentos

	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2025	605.466	2.039.962	5.038	2.650.466
Aporte de capital	156.739	-	-	156.739
Equivalência Patrimonial	(48.666)	678.133	(1.484)	627.983
Outros resultados abrangentes	-	-	(544)	(544)
Juros s/capital próprio recebidos	-	(41.176)	-	(41.176)
Dividendos recebidos	-	(163.000)	-	(163.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	713.539	2.513.919	3.010	3.230.468
Equivalência Patrimonial	(31.897)	121.421	(475)	89.049
Outros resultados abrangentes	-	-	(155)	(155)
Dividendos recebidos	-	(22.000)	-	(22.000)
Saldo em 31 de março de 2026	681.642	2.613.340	2.380	3.297.362



8. IMOBILIZADO

8.1 Composição dos saldos

	Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	373.203	(169.630)	203.573	207.334
Móveis e utensílios	116.754	(56.342)	60.412	62.894
Máquinas, equipamentos e instalações	118.145	(38.950)	79.195	78.822
Veículos	781	(133)	648	286
Equipamentos de Informática	33.711	(23.778)	9.933	9.932
Terrenos	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	1.029.449	(437.116)	592.333	593.023
Ativo de direitos de uso - cloud	12.380	(12.380)	-	-
Imobilizados em andamento	11.026	-	11.026	2.706
Total	1.695.799	(738.329)	957.470	955.347

8.2 Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia definiu as lojas de sua controlada Tellerina como unidades geradoras de caixa. Com base na avaliação realizada para os períodos encerrados em e 31 de dezembro de 2025, considerando os resultados operacionais e os fluxos de caixa positivos de suas controladas, e na ausência de quaisquer indícios ou fatos novos que demandem uma reavaliação, não há indicativo de necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis.



VIVARA

8.3 Movimentação dos saldos

	Consolidado										
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/03/2026
Custo:											
Benfeitorias em imóveis de terceiros	337.860	729	-	31.020	6	369.615	207	-	3.457	(76)	373.203
Móveis e utensílios	107.813	2.495	(4)	5.753	(89)	115.968	375	-	464	(53)	116.754
Máquinas, equipamentos e instalações	90.168	17.740	(79)	6.783	2	114.614	3.205	(5)	339	(8)	118.145
Veículos	302	84	-	-	-	386	-	-	395	-	781
Equipamentos de Informática	28.570	3.671	-	494	-	32.735	1.048	(72)	-	-	33.711
Terrenos	350	-	-	-	-	350	-	-	-	-	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	832.197	183.515	(7.330)	-	(358)	1.008.024	21.578	-	-	(153)	1.029.449
Ativo de direitos de uso - cloud	12.380	-	-	-	-	12.380	-	-	-	-	12.380
Imobilizados em andamento	3.233	43.777	-	(44.050)	(254)	2.706	12.975	-	(4.655)	-	11.026
Subtotal	1.412.873	252.011	(7.413)	-	(693)	1.656.778	39.388	(77)	-	(290)	1.695.799
Depreciação:											
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(132.966)	(29.307)	-	(4)	(4)	(162.281)	(7.364)	-	-	15	(169.630)
Móveis e utensílios	(40.619)	(12.460)	-	4	1	(53.074)	(3.274)	-	-	6	(56.342)
Máquinas, equipamentos e instalações	(24.667)	(11.132)	7	-	-	(35.792)	(3.164)	5	-	1	(38.950)
Veículos	(38)	(62)	-	-	-	(100)	(33)	-	-	-	(133)
Equipamentos de Informática	(18.192)	(4.611)	-	-	-	(22.803)	(1.040)	65	-	-	(23.778)
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	(330.872)	(87.416)	3.246	-	41	(415.001)	(22.156)	-	-	41	(437.116)
Ativo de direitos de uso - cloud	(12.347)	(33)	-	-	-	(12.380)	-	-	-	-	(12.380)
Subtotal	(559.701)	(145.021)	3.253	-	38	(701.431)	(37.031)	70	-	63	(738.329)
Total	853.172	106.990	(4.160)	-	(655)	955.347	2.357	(7)	-	(227)	957.470

Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 29.

**VIVARA**

9. INTANGÍVEL

9.1 Movimentação dos saldos

Consolidado											
	Vida útil (em anos)	01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2025	Adições	Transferências	Ajuste de conversão	31/03/2026
Custo:											
Pontos comerciais	5	32.225	-	-	-	-	32.225	-	-	-	32.225
Sistemas em implantação	-	10.079	7.339	-	(4.575)	(14)	12.829	286	(40)	-	13.075
Sistema de informática	5	98.569	3.195	(13.973)	4.575	(3)	92.363	277	40	(19)	92.661
Outros intangíveis	5	305	-	-	-	-	305	-	-	-	305
Subtotal		141.178	10.534	(13.973)	-	(17)	137.722	563	-	(19)	138.266
Amortização:											
Pontos comerciais		(31.581)	(342)	-	-	-	(31.923)	(86)	-	-	(32.009)
Sistema de informática		(42.093)	(17.432)	13.903	-	(1)	(45.623)	(4.539)	-	3	(50.159)
Outros intangíveis		(178)	(60)	-	-	-	(238)	(17)	-	-	(255)
Subtotal		(73.852)	(17.834)	13.903	-	(1)	(77.784)	(4.642)	-	3	(82.423)
Total		67.326	(7.300)	(70)	-	(18)	59.938	(4.079)	-	(16)	55.843



10. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

10.1 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo é constituído por compras de matéria-prima, insumos, embalagens, mercadorias para revenda e serviços de terceiros com prazo médio de pagamento de 86 dias (88 dias em 31 de dezembro de 2025).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores				
Nacionais	-	-	64.370	86.712
Estrangeiros	-	-	15.516	30.515
Convênio 10.2	-	-	814	4.610
Subtotal fornecedores	-	-	80.700	121.837
Outras contas a pagar				
Serviços tomados a pagar	48	223	45.575	72.245
Total Fornecedores e outras contas a pagar	48	223	126.275	194.082

10.2 Fornecedores convênio

As controladas mantêm convênios firmados com instituições financeiras, permitindo que fornecedores antecipem seus recebíveis.

A Administração concluiu que a natureza dessas operações permanece operacional, pois não há alteração nos prazos originais nem encargos financeiros assumidos pela Companhia.

Em atendimento às alterações do CPC 03 (R2) / IAS 7, a Companhia detalha as seguintes informações sobre esses acordos:

- Montante antecipado: Do saldo total de R\$814 em 31 de março de 2026 (R\$4.610 em 31 de dezembro de 2025), a totalidade refere-se a títulos cujos fornecedores já receberam o pagamento antecipado das instituições financeiras.
- Comparabilidade de Prazos: Os prazos de vencimento das obrigações vinculadas ao convênio são de 90 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2025), permanecendo consistentes com a faixa de prazos praticada com os demais fornecedores da mesma natureza que não aderiram ao acordo.
- Encargos: As taxas de desconto, média de 2,49% a.m. (média de 1,13% a.m. em 31 de dezembro de 2025) são suportadas integralmente pelos fornecedores.

Os pagamentos são efetuados diretamente às instituições financeiras nas datas originais de vencimento das faturas, sendo o fluxo de caixa apresentado como operacional.



11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

11.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisão de férias	-	-	44.785	46.654
Provisão de 13º Salário	-	-	9.334	-
Salários	123	124	16.714	35.018
PLR e Bônus	-	-	26.387	21.151
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	2.459	5.298
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	37	37	14.307	18.181
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75	75	4.060	14.801
Outras	-	-	3.244	2.517
Total	235	236	121.290	143.620

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ICMS	-	-	30.911	45.839
PIS e COFINS	5	3.886	14.144	35.955
Parcelamentos de impostos	-	-	150	171
F.T.I e U.E.A. (a)	-	-	4.224	1.227
Outras	16	4	2.380	7.230
Total	21	3.890	51.809	90.422
Passivo circulante	21	3.890	51.736	90.328
Passivo não circulante	-	-	73	95
Total	21	3.890	51.809	90.422

(a) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas “F.T.I.” é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação. O “UEA” é uma taxa estadual direcionada pelo Governo para a Universidade Estadual da Amazônia.



13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Composição dos saldos

Consolidado				
Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	31/03/2026	31/12/2025
<u>Em moeda local</u>				
Debentures - 1ª emissão	CDI + 0,70% a.a.	08/2030	302.218	312.704
Total de empréstimos em moeda local			302.218	312.704
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Banco Santander - Resolução 4131	CDI +0,55% a.a.	12/2026	210.952	218.572
Total de empréstimos em moeda estrangeira			210.952	218.572
Total de empréstimos e financiamentos			513.170	531.276
Passivo circulante			214.776	232.973
Passivo não circulante			298.394	298.303
Total			513.170	531.276
<u>Instrumentos derivativos - contratos de “swap”</u>				
Banco Santander - Derivativo (ativo)/passivo	Var.Camb+ 5,77% a.a	12/2026	41.062	22.729
Total de Instrumentos derivativos “swap”			41.062	22.729
Total de empréstimos e financiamentos líquido dos instrumentos derivativos			554.232	554.005

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas financeiras restritivas (“covenant”), apenas cláusulas de liquidação antecipada caso a emitente sofra protesto de títulos com valor superior a R\$10.000, para os contratos de capital de giro e R\$100.000 para as debêntures.

13.2 Vencimentos do passivo não circulante

Ano	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
De 1 a 2 anos	214.776	232.973
De 3 a 5 anos	298.394	298.303
Total	513.170	531.276



13.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	554.005	397.285
Captações – empréstimos bancários e debentures	-	300.000
Encargos de emissão das debentures	-	(1.818)
Captações - fornecedores convênio	-	146.635
Amortização do principal	-	(100.000)
Amortização do principal - fornecedores convênio	-	(194.416)
Liquidação contratos derivativos	-	-
Fluxo de caixa de financiamento	-	150.401
Pagamento de juros	(21.579)	(59.044)
Juros incorridos e variação cambial	2.965	23.268
Juros incorridos debentures	11.002	14.401
Juros incorridos - fornecedores convênio	-	9.665
Encargos financeiros de “swap” incorridos	7.748	17.908
Encargos financeiros de debentures incorridos	91	121
Outras variações (a)	227	6.319
Saldo no fim do exercício	554.232	554.005

a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 29.

14. OUTROS PASSIVOS

14.1 Composição dos saldos

O saldo de outros passivos é constituído por adiantamento de clientes, receitas diferidas e outras obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos de clientes	-	-	25.649	18.377
Receitas diferidas	-	-	5.736	6.435
Outras obrigações contratuais	1.098	797	11.928	8.465
Total outros passivos	1.098	797	43.314	33.277
Passivo circulante	811	448	39.496	28.951
Passivo não circulante	287	349	3.818	4.326
Total	1.098	797	43.314	33.277



15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

15.1 Movimentação das contingências

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	-	-	-	-
Adições	-	927	-	927
Pagamentos	-	(54)	-	(54)
Reversões	-	(503)	-	(503)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	377	-	377
Adições	7	140	-	147
Pagamentos	(7)	(46)	-	(53)
Reversões	-	(471)	-	(471)
Saldo em 31 de março de 2026	-	-	-	-

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	4.791	8.772	4.754	18.317
Adições	10.534	28.183	2.319	41.036
Pagamentos	(4.734)	(8.672)	(287)	(13.693)
Reversões	(6.717)	(11.965)	(41)	(18.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.874	16.318	6.745	26.937
Adições	2.071	6.533	1.338	9.942
Pagamentos	(1.544)	(3.051)	(825)	(5.420)
Reversões	(1.204)	(985)	(240)	(2.429)
Saldo em 31 de março de 2026	3.197	18.815	7.018	29.030

15.2 Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial, e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada de acordo com o prognóstico de perda provável.

15.3 Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. Os processos são classificados conforme cada pedido e com base no histórico de risco de perda para cada tema, com isso a provisão é constituída considerando os valores envolvidos com risco de perda provável.



15.4 Processos tributários

Em grande parte, os valores provisionados se referem a processos relacionados a exigência do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) e fundo de pobreza do ICMS em operações de vendas de mercadorias interestaduais para pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS no Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Contribuição Previdenciária sobre o Terço Constitucional de Férias (Tema 985)

Em agosto de 2020, o STF (RE nº 1.072.485/PR) consolidou a tese de incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Em 2025, o Tribunal concluiu o julgamento dos recursos, modulando os efeitos da decisão para que a tributação retroaja a 15 de setembro de 2020.

Situação Processual das Controladas

Conipa: Em maio de 2025, o TRF1 reconheceu a tributação sobre o terço de férias. Em conformidade com a modulação do STF, a Companhia efetuou depósito judicial em julho de 2025, abrangendo o passivo acumulado desde setembro de 2020.

Tellerina: A controlada mantém liminar vigente que suspende a exigibilidade do recolhimento. No entanto, diante do encerramento do julgamento pelo STF em novembro de 2025, a Administração, apoiada por seus assessores jurídicos, mantém o provisionamento integral dos valores.

Classificação de Risco e Provisão

Com base no precedente do STF e na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração classifica o risco de perda como provável. Dessa forma, a Companhia mantém provisionado o montante integral dos valores devidos desde a data do julgamento pelo STF (agosto de 2020).

15.5 Movimentação dos depósitos judiciais

Depósitos judiciais	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	8.342	633	15.804	24.779
Adições	1.261	401	2.157	3.819
Atualização monetária	963	66	292	1.321
Resgates	(1.257)	(435)	-	(1.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.309	665	18.253	28.227
Adições	70	531	-	601
Atualização monetária	240	97	-	337
Resgates	(137)	-	-	(137)
Saldo em 31 de março de 2026	9.482	1.293	18.253	29.028



15.6 Processos com risco de perda possível

Em 31 de março de 2026, os processos judiciais em andamento classificados pela Companhia, auxiliada por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas	77.338	59.531
Cíveis	1.639	2.813
Riscos tributários	325.587	320.179
Total	404.564	382.523

Os processos trabalhistas com classificação de risco possível são mensurados com base nos valores das petições iniciais dos reclamantes que usualmente refletem estimativas elevadas de direitos trabalhistas alegados.

Os processos cíveis de risco possível, estão relacionados principalmente às ações de consumidores.

Os riscos tributários da Companhia são representados por processos judiciais e administrativos (autos de infração) nas esferas estadual e federal.

Âmbito estadual

As discussões referem-se predominantemente ao ICMS em diversas Unidades da Federação, totalizando R\$62.854 (R\$72.290 em 31 de dezembro de 2025).

Âmbito federal

Envolvem processos judiciais e administrativos relacionados aos tributos IPI, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros federais totalizando R\$262.734 (R\$247.889 em 31 de dezembro de 2025), dentro dos quais, se destacam:

- Auto de infração lavrado em 2025 contra a controlada Conipa relativo ao IRPJ e à CSLL para o período de 2021 a 2023. Na autuação, a autoridade fiscal reconheceu a exclusão da subvenção do crédito estímulo de ICMS da base de cálculo dos referidos impostos. Contudo, questionou a dedutibilidade das contribuições adicionais destinadas ao FTI e à UEA do Estado do Amazonas cujos valores estão sendo discutidos pela Companhia. O montante do auto de infração é de R\$81.300 (R\$79.896 em 31 de dezembro de 2025).
- Adicionalmente são informados os riscos possíveis relacionados aos créditos extemporâneos de Pis e Cofins reconhecidos em 2025, no montante de R\$50.361 (R\$50.361 em 31 de dezembro de 2025).



16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de ações ordinárias.

Em 31 de março de 2026, o capital social integralizado totaliza o montante de R\$2.572.025 (R\$2.572.025 em 31 de dezembro de 2025).

A reserva de capital é composta pelos custos de emissões de ações.

16.2 Composição acionária

	Ações ordinárias	% Participação
Acionistas de referência	111.368.009	47,14%
T. Rowe Price	18.191.423	7,70%
Administradores	5.480	0,00%
Ações em tesouraria	1.125.955	0,48%
Ações em circulação	105.506.902	44,67%
Total	236.197.769	100%

16.3 Ações em tesouraria

O Plano de Recompra de Ações da Companhia, aprovado em 07 de maio de 2025, em Reunião do Conselho de Administração tem vigência de 12 meses.

	Consolidado		
	Quantidade de ações	Valores de compra (em R\$)	Preço médio por ação (em R\$)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	1.134.590	26.850.197	23,67
Ações cedidas Planos ILP	(108.135)	(2.560.601)	23,68
Recompra de ações para tesouraria	99.500	2.528.291	25,41
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.125.955	26.817.887	23,82
Ações cedidas Planos ILP	-	-	-
Recompra de ações para tesouraria	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	1.125.955	26.817.887	23,82



17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Composição de saldos

Passivo	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
<u>Circulante</u>		
Tellerina Comércio de Presentes	1.363	3.307
Total	1.363	3.307

Os saldos a pagar para a Controlada Tellerina se referem principalmente ao repasse de despesas corporativas do Centro de Serviços Compartilhados, que incluem despesas de pessoal e serviços das áreas administrativas.

17.2 Operações intragrupo e saldo eliminados na consolidação

As empresas do Grupo realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as operações intragrupo foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

Operação	31/03/2026			
	TELLERINA	CONIPA	VIVARA	TELLERINA PANAMÁ
Vendas (compras) de mercadorias	(523.045)	523.045	-	-
Vendas (compras) de matéria-prima	33.444	(33.444)	-	-
Direitos autorais	68.062	(68.062)	-	-
Despesas administrativas Centro de Serviços Compartilhado	1.430	(1.236)	(194)	-
Total	(420.109)	420.303	(194)	-

Operação	31/03/2025			
	TELLERINA	CONIPA	VIVARA	TELLERINA PANAMÁ
Vendas (compras) de mercadorias	(767.726)	767.726	-	-
Exportação (importação) de mercadorias	1.194	-	-	(1.194)
Vendas (compras) de matéria-prima	14.786	(14.786)	-	-
Exportação (importação) de imobilizado, materiais e insumos	20	-	-	(20)
Direitos autorais	106.424	(106.424)	-	-
Despesas administrativas Centro de Serviços Compartilhado	3.819	(2.851)	(968)	-
Total	(641.483)	643.665	(968)	(1.214)



17.3 Remuneração dos administradores

Em 27 de abril de 2026, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício de 2026 em até R\$31.412 (R\$13.877 para exercício de 2025).

Remuneração dos administradores	31/03/2026			31/03/2025		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	360	-	360	414	1.676	2.090
Conselho Fiscal	135	-	135	-	-	-
Diretores estatutários	1.505	1.518	3.023	795	2.529	3.324
Total	2.000	1.518	3.518	1.209	4.205	5.414

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Incentivos fiscais - lucro da exploração

A fábrica de joias está situada em Manaus, na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante a resolução nº 1.175/20224 emitida pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Dicol/Sudam), de 27 de dezembro de 2024, a Conipa estendeu até 31 de dezembro de 2033 o incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

18.2 Incentivos fiscais - créditos presumidos de ICMS

As controladas Tellerina e Conipa possuem benefício fiscal de crédito presumido e crédito estímulo do ICMS, que prevê a redução da alíquota do ICMS na tributação das saídas sem o direito de crédito nas entradas, nos Estados do Amazonas, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. O benefício é para reinvestimento nos referidos Estados e é registrado como Receita de Subvenção. Os valores relativos aos incentivos foram destinados à reserva no Patrimônio Líquido e não podem ser distribuídos como lucro para a Controladora.

18.3 Créditos IRPJ e CSLL a recuperar

A Vivara Participações apresenta saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2024 e 2025, no montante de R\$4.507 (R\$4.301 em 31 de dezembro de 2025).



Em decorrência do benefício fiscal do Lucro de Exploração, a Conipa apresenta saldo credor de IRPJ em relação às estimativas pagas dos exercícios 2024 e 2025, no montante de R\$29.763 (R\$28.424 em 31 de dezembro de 2025).

A Tellerina detém créditos a recuperar de IRPJ e CSLL no montante de R\$41.859 (R\$45.763 em 31 de dezembro de 2025). A seguir são detalhados os principais créditos:

Nos exercícios de 2014 e 2015, a Tellerina apurou créditos de IRPJ e CSLL no montante total de R\$28.180 (R\$36.848 original), decorrentes da exclusão, da base de cálculo desses tributos, dos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimento, conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Os referidos créditos foram objeto de compensações com tributos federais, porém tiveram seus pedidos indeferidos pela Receita Federal. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade no âmbito administrativo. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, os processos relativos ao IRPJ e à CSLL de 2014, bem como ao IRPJ de 2015, seguem em tramitação.

Em relação à CSLL de 2015, a Companhia obteve decisão favorável e realizou a compensação com débitos de Pis e Cofins em dezembro de 2025. Em 12 de fevereiro de 2026, a Tellerina recebeu notificação da Receita Federal homologando a compensação realizada via formulário em processo digital. O prognóstico de risco de perda é possível.

Direito ao crédito sobre a inconstitucionalidade da tributação sobre correção Selic

Os créditos de IRPJ e CSLL foram reconhecidos conforme os termos da interpretação técnica ICPC22/IFRIC 23 e com base na decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento realizado em 27 de setembro de 2021 do recurso extraordinário 1.063.187, referente a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do IRPJ e CSLL da correção monetária Selic sobre os créditos recebidos pelos contribuintes na repetição de indébitos tributários.

A Tellerina impetrou o Mandado de Segurança nº 1020648-21.2020.4.01.3200 perante a 1ª Vara Federal de Manaus, obtendo êxito com trânsito em julgado em 07 de março de 2024 e declaração de inexecução em 13 de maio de 2024. A Companhia protocolou o pedido de homologação dos créditos em 03 de junho de 2024 e obteve o deferimento em 02 de setembro de 2024 perante a Receita Federal do Brasil. Os créditos foram compensados e não restam créditos a compensar (R\$3.904 em 31 de dezembro de 2024) de saldo a compensar.

18.4 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.301	4.301	71.034	73.538
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	206	-	5.095	4.889
Total	4.507	4.301	76.129	78.427
Ativo circulante	4.507	4.301	47.949	50.247
Ativo não circulante	-	-	28.180	28.180
Total	4.507	4.301	76.129	78.427



18.5 Expectativa de realização dos créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Até 1 ano	4.507	4.301	47.949	50.247
De 2 a 3 anos	-	-	28.180	28.180
Total	4.507	4.301	76.129	78.427

18.6 IRPJ e CSLL a recolher

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ a recolher	2.061	-
CSLL a recolher	22.275	33.581
Total	24.336	33.581

18.7 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.564	115.038	54.515	70.609
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social taxa nominal	(26.032)	(39.113)	(18.535)	(24.007)
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	-	(938)	(160)	(1.049)
<u>Diferenças permanentes:</u>				
Resultado de equivalência patrimonial	30.277	40.051	-	-
Outras despesas não dedutíveis	(14)	-	(283)	(367)
Incentivo fiscal - ICMS	-	-	22.090	27.726
Incentivo fiscal - Lucro da exploração	-	-	23.168	42.127
Total	4.231	-	26.280	44.430
Correntes	-	-	(20.124)	(40.585)
Diferidos	4.231	-	46.404	85.015
Total	4.231	-	26.280	44.430
Alíquota efetiva - imposto corrente	-5,53%	0,00%	-48,20%	-62,92%



18.8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Base IRPJ	Base CSLL	Base IRPJ	Base CSLL
<u>Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:</u>				
Provisão despesas	88	88	263	263
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	-	377	377
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	73.698	73.698	60.662	60.622
Base de cálculo imposto diferido ativo	73.786	73.786	61.262	61.262
Imposto de renda diferido ativo		18.437		15.326
Contribuição social diferida ativa		6.637		5.517
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		25.074		20.843

	Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Base IRPJ	Base CSLL	Base IRPJ	Base CSLL
<u>Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73	73	353	353
Provisão para perdas dos estoques	3.716	3.716	4.688	4.688
Provisão despesas	82.559	82.559	102.350	102.350
Lucro não realizado em operações de controladas	1.345.008	1.345.008	1.293.806	1.293.806
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	29.030	29.030	26.937	26.937
Arrendamentos Direito de Uso	673.174	673.174	662.092	662.092
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	292.294	292.294	191.647	190.903
Base de cálculo imposto diferido ativo	2.425.854	2.425.110	2.281.874	2.281.129
Imposto de renda diferido ativo		606.464		570.469
Contribuição social diferida ativa		218.260		205.302
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		824.724		775.771
<u>Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias:</u>				
Direito de Uso	(576.618)	(576.618)	(574.929)	(574.929)
Depreciação taxa fiscal x taxa econômica	(40.233)	(40.233)	(34.245)	(34.425)
Base de cálculo imposto diferido passivo	(616.851)	(616.851)	(609.174)	(609.174)
Imposto de renda diferido passivo		(154.213)		(152.339)
Contribuição social diferida passiva		(55.517)		(54.842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(209.730)		(207.181)
Imposto de renda diferido		452.251		418.130
Contribuição social diferida		162.743		150.460
Imposto de renda e contribuição social diferidos		614.994		568.590



19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

19.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta de vendas de mercadorias	754.748	659.582
Receita bruta de serviços prestados	2.024	2.407
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(150.672)	(132.011)
ICMS subvenção	64.971	81.546
PIS e COFINS	(54.468)	(48.394)
PIS e COFINS – direito autoral	(6.296)	(9.844)
F.T.I. e UEA	(9.711)	(14.650)
ISS	(65)	(58)
Devoluções de vendas	(5.019)	(1.497)
Total	595.512	537.081

20. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

20.1 Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(176.282)	(165.673)
Pessoal	(2.686)	(4.111)
Depreciação e amortização	(148)	(285)
Energia, água e telefone	(8)	(25)
Fretes	(30)	(2.308)
Total	(179.154)	(172.402)



20.2 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(118.327)	(103.090)
Fretes	(13.321)	(7.173)
Despesas de marketing	(27.625)	(19.844)
Serviços profissionais contratados	(8.844)	(8.257)
Aluguéis e condomínios	(25.699)	(20.838)
Depreciação e amortização	(21.848)	(21.705)
Comissão sobre cartões	(13.092)	(11.729)
Energia, água e telefone	(2.816)	(2.499)
Impostos e taxas	(5.593)	(4.397)
Outras despesas por natureza	(9.414)	(5.917)
Total	(246.579)	(205.449)

20.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(1.368)	(1.880)
Serviços profissionais contratados	(457)	(496)
Impostos e taxas	(192)	(147)
Outras despesas por natureza	(48)	(60)
Total	(2.065)	(2.583)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(22.540)	(22.200)
Serviços profissionais contratados	(19.659)	(18.749)
Aluguéis e condomínios	(412)	(255)
Energia, água e telefone	(490)	(489)
Depreciação e amortização	(16.742)	(16.410)
Impostos e taxas	(4.158)	(2.383)
Outras despesas por natureza	(8.666)	(6.339)
Total	(72.667)	(66.825)

21. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

A Companhia e suas controladas operam em um único segmento de negócio, voltado ao Varejo. O Grupo é organizado e gerenciado como uma unidade de negócio indivisível para fins comerciais, estratégicos e gerenciais.

As informações financeiras são reportadas de forma consolidada ao Diretor Presidente (CEO), identificado como o principal tomador de decisões operacionais, a quem compete a alocação de recursos e a avaliação de desempenho global.



Embora os produtos sejam distribuídos por diversas categorias e canais de venda, a Administração monitora o resultado de forma integrada, uma vez que a estrutura logística, administrativa e de custos fixos é compartilhada, não permitindo uma segmentação fidedigna de margens e resultados operacionais por linha de produto.

Para fins de monitoramento gerencial, a Administração apresenta a seguir a abertura da receita bruta excluindo as devoluções, segregada por categorias e canais de distribuição:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Jóias	388.659	329.152
Life	252.753	233.614
Relógios	97.764	83.105
Acessórios	10.554	12.214
Serviços	2.024	2.407
Total	751.754	660.492
Lojas	647.872	573.803
Vendas digitais	97.900	84.240
Outros	3.958	42
Serviços	2.024	2.407
Total	751.754	660.492

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	324	(347)
Outras receitas (despesas)	-	2
Total	324	(345)

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(7.514)	(4.564)
Perdas esperadas de crédito	282	(33)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(7)	(139)
Contratos de arrendamento baixados	-	703
Outras receitas (despesas)	500	2.049
Total	(6.739)	(1.984)



23. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência e abrangem, primordialmente, os rendimentos de aplicações financeiras, mensurados pelo método da taxa de juros efetiva.

Adicionalmente, a Companhia reconhece variações cambiais ativas decorrentes da atualização monetária de ativos denominados em moeda estrangeira, cujos efeitos são registrados no resultado do exercício à medida que as taxas de câmbio sofrem oscilações.

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicações financeiras	367	83
Correção monetária	-	99
Variação cambial ativa	3	4
Total	370	186

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicações financeiras	7.020	4.996
Correção monetária	876	3.596
Variação cambial ativa	6.234	5.134
Outras receitas financeiras	105	125
Total	14.235	13.851

24. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência e compreendem, primordialmente:

- Custo de Captação: Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, mensurados com base no método da taxa de juros efetiva;
- Variações Cambiais: Efeitos das oscilações nas taxas de câmbio sobre obrigações denominadas em moeda estrangeira, em especial junto a fornecedores internacionais;
- Instrumentos Financeiros Derivativos: Variações no valor justo de operações de swap contratadas para a mitigação de riscos (Hedge) de contratos de mútuo e financiamentos externos (Lei nº 4.131);
- Despesas Bancárias: Tarifas de serviços e demais custos incidentes sobre as movimentações operacionais e financeiras do Grupo.

	Controladora	
	31/03/2026	31/03/2025
Encargos financeiros debentures	(11.093)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)	-
Tarifas bancárias	(1)	(1)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	-	(8)
Outras despesas financeiras	(17)	(7)
Total	(11.114)	(16)



	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.965)	(6.728)
Encargos financeiros instrumentos derivativos	(7.748)	(2.059)
Juros sobre debentures	(11.093)	-
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	(20.872)	(17.673)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(236)	(23)
Tarifas bancárias	(105)	(97)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(914)	(1.514)
Variação cambial passiva	(5.727)	(4.776)
Outras despesas financeiras	(433)	(794)
Total	(50.093)	(33.664)

25. LUCRO POR AÇÃO

25.1 Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

25.2 Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Lucro líquido do período (a)	80.795	115.038
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(1.126)	(1.134)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	235.072	235.064
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	0,34370	0,48939
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(1.126)	(1.134)
Média ponderada de número de ações outorgadas	-	85
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	235.072	235.149
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	0,34370	0,48921

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações, demonstrados na nota explicativa nº 29.



26. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Em 31 de março de 2026, o Grupo possuía 505 (500 em 31 de dezembro de 2025) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 76 (80 em 31 de dezembro de 2025) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados na rubrica “Aluguéis e condomínios” demonstrada na nota explicativa nº 20 totalizam R\$3.929 (R\$27.028 em 31 de março de 2025).

A Companhia mensurou suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da DIxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de cotações junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Em 31 de março de 2026, os 429 contratos de locação (420 em 31 de dezembro de 2025), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 13,04% ao ano (12,92% ao ano em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os inputs para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CVM, usando como parâmetro a inflação média obtida no site da B3, data-base 31 de março de 2026.

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa média de desconto	Taxa média de inflação futura
5 anos (Panamá)	1	8,00%	1,85%
6 anos	7	11,05%	5,96%
7 anos	11	13,94%	6,05%
8 anos	17	13,97%	6,13%
9 anos	11	14,02%	6,18%
10 anos	382	14,39%	6,17%
Total	429		



Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	682.705	560.200
Adição de novos contratos (a)	8.831	25.337
Remensuração (a)	12.543	156.768
Baixas do período	-	(4.903)
Encargos financeiros apropriados	20.872	80.179
Pagamentos de juros	(10.640)	(33.391)
Pagamentos de principal	(31.943)	(101.166)
Ajuste de conversão	(118)	(319)
Saldo no final do período	682.250	682.705
Passivo circulante	83.307	83.187
Passivo não circulante	598.943	599.518
Total	682.250	682.705

a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 29

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de março de 2026:

Maturidade dos contratos	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Vencimento das prestações:		
Até 1 ano	141.507	139.829
De 1 a 2 anos	141.383	139.666
De 2 a 3 anos	141.467	139.350
De 3 a 5 anos	277.497	273.517
Maior que 5 anos	357.639	360.342
Total das parcelas não descontadas	1.059.493	1.052.704
Juros embutidos	(377.243)	(369.999)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	682.250	682.705

Na mensuração dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, a Companhia deduz os créditos tributários vincendos sobre os pagamentos de aluguel, conforme o regime não cumulativo.

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária), o sistema tributário brasileiro passará por um período de transição que culminará na extinção do PIS e da COFINS em 31 de dezembro de 2026. A partir de 1º de janeiro de 2027, essas contribuições serão substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).



Diante desse cenário, a Administração revisou as projeções de créditos tributários recuperáveis integradas ao cálculo do valor presente dos arrendamentos. Para os fluxos de caixa com vencimento até 31 de dezembro de 2026, foram consideradas as alíquotas vigentes de PIS e COFINS (9,25% no regime não cumulativo). Para as obrigações de desempenho com vencimento a partir de 2027, a Companhia considerou a continuidade da recuperabilidade tributária sob a égide da CBS, cujas diretrizes preveem a manutenção do direito ao crédito sobre operações de arrendamento mercantil, garantindo a neutralidade da carga tributária na mensuração do ativo e passivo financeiro.

A Companhia monitora continuamente as leis complementares que regulamentarão as alíquotas e mecanismos de compensação da CBS para ajustar, caso necessário, as estimativas de fluxos de caixa líquidos de impostos

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Custo:		
Saldo no início do período	1.008.025	832.197
Adição de novos contratos	8.831	25.337
Remensuração	12.543	156.768
Baixas do período	-	(7.330)
Ajuste de conversão	(153)	(358)
Custos diretos - pontos comerciais	205	1.410
Saldo no final do período	1.029.451	1.008.024
Amortização:		
Saldo no início do período	(415.001)	(330.872)
Despesa de amortização do período	(22.155)	(87.416)
Baixas do período	-	3.246
Ajuste de conversão	41	41
Saldo no final do período	(437.115)	(415.001)
Direitos de uso locação de imóveis – valor residual	592.336	593.023



27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1 Categorias de instrumentos financeiros

		Controladora				Consolidado			
		31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<u>Ativos financeiros</u>									
Custo amortizado:									
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	7.999	7.999	16.656	16.656	308.474	308.474	398.644	398.644
Contas a receber	Nível 2	-	-	-	-	899.085	899.085	989.601	989.601
Total ativos financeiros		7.999	7.999	16.656	16.656	1.207.559	1.207.559	1.388.245	1.388.245
<u>Passivos financeiros</u>									
Custo amortizado:									
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	48	48	223	223	126.275	126.275	189.472	189.472
Fornecedores - Convênio	Nível 2	-	-	-	-	814	814	4.610	4.610
Dividendos a pagar	Nível 2	10	10	10	10	10	10	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	1.363	1.363	3.307	3.307	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	303.630	302.218	319.080	312.704	514.582	513.170	532.969	531.276
Subtotal		305.051	303.639	322.620	316.244	641.681	640.269	727.051	725.358
Valor justo por meio de resultado:									
Instrumentos derivativos	Nível 2	-	-	-	-	41.062	41.062	22.729	22.729
Total passivos financeiros		305.051	303.639	322.620	316.244	682.743	681.331	749.780	748.087



27.2 Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

27.3 Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	31/03/2026			31/12/2025		
	Valor da dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida	Valor da dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	210.223	(210.223)	-	220.265	(220.265)	-
Total de empréstimos e financiamentos	210.223	(210.223)	-	220.265	(220.265)	-
Fornecedores estrangeiros	15.516	-	15.516	30.515	-	30.515
Total Fornecedores estrangeiros	15.516	-	15.516	30.515	-	30.515
Total exposição cambial	225.739	(210.223)	15.516	250.780	(220.265)	30.515
Cotação dólar balanço	5,2194	5,2194	5,2194	5,5024	5,5024	5,5024
Total da exposição em dólares	43.250	(40.277)	2.973	45.577	(40.031)	5.546

As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

27.4 Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa - Swap Ativo	Taxa - Swap Passivo	Consolidado					
			31/03/2026			31/12/2025		
			Valor de referência (nocial)	Valor justo	Efeito acumulado MTM	Valor de referência (nocial)	Valor justo	Efeito acumulado MTM
Derivativo SWAP	US\$ +5,77%	CDI +0,55%	210.223	251.286	(41.062)	220.266	242.995	(22.729)
Valor líquido operação			210.223	251.286	(41.062)	220.266	242.995	(22.729)



O saldo passivo de R\$41.062 refere-se ao ajuste líquido a pagar (R\$22.729 em 31 de dezembro de 2025), calculado a valor de mercado em 31 de março de 2026, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.

27.5 Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Risco de Câmbio	31/03/2026	31/12/2025
Total da exposição cambial em moeda nacional	15.516	4.610
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	2.973	838

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,2194 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada pela Administração, desvalorização de 3% do dólar norte americano. Para o cenário III foi projetada valorização do dólar norte-americano em 1,54% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 17 de abril de 2026.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nominal da exposição líquida (em moeda estrangeira)	2.973	2.973	2.973
Valor nominal da exposição líquida (em moeda local)	15.516	15.516	15.516
Valor projetado (em moeda local)	15.516	15.052	15.757
Impacto da variação cambial	-	464	(241)
Taxa do dólar norte-americano	5,2194	5,0628	5,3000

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de março de 2026 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas a variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos, financiamentos e derivativos expostos ao CDI	554.232	554.005
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(302.802)	(378.885)
Total da exposição ao CDI	251.430	175.120



A Administração considera o risco de variações no CDI em 2026 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 5% no cenário II e redução de 12,10% no cenário III da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2026 em 13,00%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 17 de abril de 2026.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	251.430	251.430	251.430
Valor projetado	251.430	253.290	246.930
Impacto da variação do CDI	-	(1.860)	4.500
Taxa do CDI	14,79%	15,53%	13,00%

27.6 Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Parte relevante dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes de grande porte, dos quais o Grupo não teve inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

27.7 Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados do Consolidado:

Operação	Saldos em 31/03/2026	Fluxo de caixa				Total
		Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	126.274	126.274	-	-	-	126.274
Fornecedores convênio	814	814	-	-	-	814
Empréstimos e financiamentos	513.170	268.108	45.022	411.508	-	724.638
Dividendos a pagar	10	10	-	-	-	10
Arrendamentos direito de uso a pagar	682.250	141.507	141.383	418.964	357.639	1.059.493
Instrumentos derivativos	41.062	35.489	-	-	-	35.489



Operação	Saldos em 31/12/2025	Fluxo de caixa				Total
		Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	189.472	189.472	-	-	-	189.472
Fornecedores convênio	4.610	4.610	-	-	-	4.610
Empréstimos e financiamentos	531.276	268.108	45.022	411.508	-	724.638
Dividendos a pagar	10	10	-	-	-	10
Arrendamentos direito de uso a pagar	682.705	139.829	139.666	412.867	360.342	1.052.704
Instrumentos derivativos	22.729	35.489	-	-	-	35.489

27.8 Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As ações outorgadas representam as operações de pagamentos com base em ações referente remuneração de empregados, executivos e Conselheiros da Companhia e suas controladas e são reconhecidas contabilmente de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 10(R1)/IFRS 2.

A Companhia mensura o custo das transações de remuneração com base em ações pelo valor da ação no fechamento do mercado na média dos últimos 45 dias da outorga. As ações outorgadas são reconhecidas como despesa no resultado da Companhia ao longo do tempo de carência, em contrapartida da rubrica de "Opções outorgadas" no Patrimônio Líquido.

As ações outorgadas aos participantes dos planos possuem carência de até 36 meses. As condições para que as ações sejam disponibilizadas aos beneficiários incluem a permanência como colaborador da Companhia, atingimento de metas relacionadas aos indicadores de performance determinados para o período, entre eles ROIC ("Return On Invested Capital") e TSR ("Total Shareholder Return").

O efeito dilutivo das ações outorgadas em aberto é refletido como uma diluição adicional no cálculo do lucro diluído por ação conforme nota explicativa nº 27.

Planos de Remuneração

Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetivos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria.



Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga”)

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o plano de outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia e suas controladas.

Em maio de 2023, foram outorgadas 84.763 ações, em seu limite global, referente a renovação do programa de outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações foram disponibilizadas aos Conselheiros entre maio e julho de 2025.

Para o novo mandato dos Conselheiros de Administração iniciado em maio de 2025 não houve outorga.

Plano de Investimento em Ações (“Plano ‘Matching Shares’”)

O Plano de “Matching Shares” prevê a outorga de Ações “Matching” aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência de 36 meses. São elegíveis para participar do Plano de “Matching Shares” os diretores, gerentes ou empregados da Companhia.

Anualmente, no mês de maio, os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, farão jus ao recebimento das quantidades de ações prevista em cada plano.

A provisão contábil é registrada pelo período de vigência de cada plano e está reconhecida no resultado da Companhia na rubrica “Pessoal” conforme divulgado na nota explicativa nº 20.3

A movimentação dos planos está demonstrada a seguir:

	Consolidado							
	Qtde. Ações	Prazo (meses)	Cotação da ação (R\$)	31/12/2025	Adições	Cessões	Exclusões	31/12/2025
Executivos 2023	38.240	36	26,29	962	9	-	-	971
Executivos 2024	42.080	36	22,94	930	37	-	-	967
Executivos 2025	484	36	24,73	84	36	-	-	120
	80.804			1.976	82	-	-	2.058

29. TRANSAÇÕES SEM EFEITO CAIXA

As adições e remensurações dos Arrendamentos de Direito de Uso, em 31 de março de 2026, totalizaram R\$21.374 (R\$182.105 em 31 de dezembro de 2025), referentes a novos contratos e aos reajustes anuais, não gerando impacto no caixa no momento de sua incorporação ao ativo e ao passivo.

Os juros incorridos, variações cambiais e encargos de derivativos, no valor de R\$21.806 (R\$65.363 em 31 de dezembro de 2025), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13.3, não geram efeito caixa no momento de sua apropriação no resultado. Os respectivos impactos no caixa estão refletidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, afetando as atividades operacionais e de financiamento.



30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do conselho de administração, realizada em 06 de maio de 2026, foi aprovado o plano de recompra de ações. O Programa de Recompra ora aprovado, prevê que a Companhia poderá adquirir até 10% (dez por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, o que, nesta data, representa até 12.369.833 ações, sempre observado o limite previsto no artigo 9º da Resolução CVM 77, de maneira que o saldo de ações em tesouraria não supere 10% (dez por cento) das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação.

O Programa de Recompra terá a duração de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir de 6 de maio de 2026, inclusive, e encerrando-se, portanto, em 6 de maio de 2027, já considerando o prazo de liquidação aplicável a operações em bolsa.

Vivara Participações S/A

Diretoria Estatutária

Thiago Lima Borges - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Cassiano Lemos – Diretor de Operações

Contador

Rodrigo Alberto Ferreira - CRC 1SP 254.508/O-1